

Mônica Raisa Schpun

**Aracy Moebius de Carvalho Tess e  
Maria Margarethe Bretel Levy:  
História de um *happy-end* transatlântico**

**1. Aracy**

Aracy Moebius de Carvalho Tess nasceu em Rio Negro (estado do Paraná, no Sul do Brasil) em 1908. Até 1935, viveu em São Paulo. É então que, já separada do primeiro marido, com o qual teve seu único filho, e graças à interferência que ela mesma solicitara do Ministro das Relações Exteriores da época, José Carlos de Macedo Soares, obtém uma vaga para trabalhar no Consulado brasileiro de Hamburgo. Filha de uma imigrante alemã, Aracy de Carvalho fala correntemente alemão –além de inglês e francês– e tem na época parentes próximos vivendo na Alemanha. Ela chega em Hamburgo em 1936, como Chefe do setor de passaportes do consulado brasileiro da cidade, ali permanecendo até 1942. Em Hamburgo, conhece o futuro escritor João Guimarães Rosa (1908-1967), que começa ali sua carreira diplomática, em 1938, como Cônsul adjunto; ele foi seu segundo marido.

Em 1985, Aracy de Carvalho recebe o título de “Justa entre as Nações”<sup>1</sup> por ter salvo judeus alemães fornecendo-lhes vistos de entrada no Brasil, apesar das orientações claramente contrárias emitidas pelo governo de Getúlio Vargas.

De fato, se o decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938, apresenta uma lista detalhada dos imigrantes indesejáveis, que inclui os judeus, as autoridades diplomáticas brasileiras já recusavam vistos aos judeus desde 1935. O texto do decreto em questão fornece aos responsáveis dos diversos consulados e embaixadas um argumento suplementar para tanto. E os funcionários da diplomacia, que exercem um papel fundamental na política de portas fechadas exercida pelo país em relação aos judeus, seguem geralmente ao pé da letra as recomendações

---

1 Dois brasileiros encontram-se nessa categoria: Aracy de Carvalho e o embaixador brasileiro em Paris Luiz Martins de Souza Dantas (1876-1954).

recebidas. Até abril de 1941, a questão é administrada por uma série de numerosas “Circulares secretas” tratando especificamente do assunto e enviadas pelo governo às representações diplomáticas no exterior. Estas últimas são efetivamente as principais responsáveis pelos procedimentos de entrada de estrangeiros no território nacional, e isso justamente graças ao decreto citado, de maio de 1938, e ao decreto-lei nº 3.010, de 20 de agosto do mesmo ano, que o regulamenta. A primeira Circular secreta (nº 1.127), assinada pelo Ministro das Relações Exteriores em 7 de junho de 1937, trata particularmente das restrições à admissão de judeus no Brasil e responde às pressões exercidas nesse sentido por membros do governo, e por alguns diplomatas preocupados com o aumento dos pedidos de visto por parte de judeus europeus. Essas circulares exprimem claramente –mas discretamente– o anti-semitismo das elites políticas brasileiras do período. Elas são, porém, irregularmente aplicadas: dependendo da interpretação e da visão de mundo de cada diplomata em função, elas tornam possível a existência de negociações individuais, em cada caso, de derrogações e de atos de desobediência pura e simples. A Circular nº 1.249, de 27 de setembro de 1938, permite um aumento temporário das entradas de judeus no país. Estabelecendo categorias particulares de judeus para as quais os vistos são autorizados, esse texto exprime o pensamento de uma corrente menos radicalmente oposta à imigração judaica, representada principalmente por Oswaldo Aranha; ele privilegia não somente cientistas, artistas e técnicos especializados, mas também “capitalistas e industriais” capazes de depositar no Banco do Brasil as elevadas somas exigidas.

O número exato de judeus salvos graças à ação de Aracy de Carvalho não é conhecido. Alguns o estimam em oitenta, outros falam em centenas. Outros ainda pensam, a posteriori, que a iniciativa coube a Guimarães Rosa, superior na hierarquia consular, homem de letras importante, e homem. Apesar de conhecer a atuação de sua companheira, Rosa nunca participou ativamente de qualquer de seus atos a respeito. Além disso, Aracy de Carvalho não se limitou a fornecer vistos, mas distribuiu víveres, escondeu alguns de seus protegidos em

sua casa,<sup>2</sup> ou no bagageiro do carro, protegido por placas do Corpo consular, antes de atravessar a fronteira dinamarquesa.

Várias lacunas existem sobre sua ação, durante muito tempo desconhecida no Brasil. Além disso, a maioria das testemunhas diretas já faleceram e Aracy de Carvalho, ainda viva, não dispõe mais de suas faculdades, nem de sua memória. Graças às narrativas das testemunhas que pude encontrar, e às discretas declarações de Aracy de Carvalho, notadamente na ocasião das homenagens que lhe foram prestadas, no Brasil e em Israel, após ter sido reconhecida como Justa, colecionei uma pequena série de ações, de fatos isolados. Esse material ilumina, por contraste, a espessura da sombra que cobre situações cujo caráter clandestino supõe justamente o segredo. Ora, a impossibilidade de recompor um cotidiano marcado por deslocamentos secretos, notas truncadas, encontros misteriosos e diálogos incompletos combina perfeitamente com o ambiente urbano dentro do qual tal cotidiano se desenrola. Aí, o medo de ser descoberto, a precariedade dos direitos e as estratégias de fuga repousam sobre frágeis redes de auxílio, solidariedades incertas, trocas de favores e negócios arriscados. Assim, alguns acontecimentos humanos e urbanos dessa história ganham em densidade; eles concorrem para pintura de um retrato cuja camada brumosa e a obscuridade são inseparáveis do ar dos tempos.

## 2. Margarethe

Maria Margarethe Bertel Levy, nasceu em Hamburgo em 1908 e tem hoje 97 anos, como Aracy de Carvalho, alguns meses mais velha. Ela foi a segunda filha de uma mãe russa e de um pai polonês, tendo ambos imigrado para a Alemanha. A família tem uma situação financeira muito favorável. O pai trabalha com importação e exportação e eles vivem viajando: até 12 anos, Margarethe Levy, então Bertel, vive em hotéis de luxo, sobretudo na Suíça, onde concentram-se os negócios de seu pai. É nesse momento que seus pais decidem se fixar na casa de Hamburgo, para dotar a menina de uma escolaridade da qual fora até então privada pelas constantes viagens.

Viúva de Hugo Levy (1892-1977), dentista, Margarethe o conhece frequentando como paciente seu consultório, situado em pleno cora-

---

2 Ela vive com a mãe e o filho, não tendo dividido a casa com Guimarães Rosa durante os anos alemães do casal.

ção da cidade. Depois de casados, vão morar no mesmo imóvel do consultório, no apartamento em frente, situado no 2º andar do número 43 da Jungfernstieg, rua descrita por Margarethe Levy como sendo a principal de Hamburgo.

Judeus não praticantes, extremamente liberais,<sup>3</sup> o casal leva uma vida sofisticada, viaja muito e, fruto de uma escolha deliberada, não tem filhos. Os únicos parentes de Margarethe Levy atualmente vivos são os filhos de sua irmã, que vivem nos Estados Unidos.<sup>4</sup>

### 3. Ara e Gretel (salvamento e amizade)

No final dos anos 1930, a necessidade de deixar a Alemanha se impõe. Para os Levy, as opções incluem Baltimore, nos Estados Unidos, onde já vive um dos irmãos Levy, e São Paulo, no Brasil, onde instalou-se a irmã Levy. Na época, o casal ouve falar de alguém no consulado brasileiro que estaria emitindo vistos, e a escolha é feita. De uma lucidez invejável, falando um excelente francês –uma das sete línguas que ela afirma ter aprendido viajando–, Margarethe Levy recebeu-me em sua casa para duas longas entrevistas.

### 4. Antes

A primeira menção a Margarethe Levy nas agendas de Aracy de Carvalho data de março 1938: no final da página tomada pela semana dos dias 20 a 26 daquele mês, ela anotou o número de telefone dos Levy. As duas mulheres conhecem-se então bem antes da Noite de Cristal, quando o centro de Hamburgo também transforma-se em palco de violências, notadamente de incêndios. Vivendo em pleno coração da cidade, Margarethe Levy teme sobretudo por seu marido, cujo consultório dentário é bem conhecido, e exibe placa dourada pouco discreta na fachada do imóvel. Esses acontecimentos precipitam a partida de muitos judeus alemães, e particularmente daqueles que escolhem o Brasil como destino. A comunidade alemã de São Paulo, organizada

---

3 O casamento religioso não faz parte dos planos do casal, que decide limitar-se ao civil. Por insistência da mãe Bertel, que não reconhece o laço criado pelo rito civil, eles acabam cedendo.

4 Sua irmã mais velha, já casada, vive em Trieste enquanto Margarethe ainda está na Alemanha. De Trieste, parte com a família para a Palestina, antes de imigrar, mais tarde, para os Estados Unidos.

em torno à Congregação Israelita Paulista (CIP),<sup>5</sup> fundada em 1936, conta, dentre seus membros, com um pequeno grupo de Hamburgueses que se conhecem entre si, dos quais alguns chegaram ao Brasil graças a Aracy de Carvalho.<sup>6</sup> Se a grande maioria das pessoas que tiveram uma relação direta com ela já faleceram – só pude localizar seus filhos, que não acompanharam de perto os preparativos da partida –, algumas notas presentes nas agendas da Chefe do setor de passaportes do consulado referem-se de modo discreto a seus atos em relação aos judeus. Essas notas mostram que os judeus salvados não eram exclusivamente Hamburgueses, apesar do recorte da Alemanha em circunscrições, segundo as zonas de responsabilidade de cada uma das representações consulares existentes. Aracy de Carvalho organizou-se para poder ajudar pessoas cujo local de residência não justificava sua passagem pelos serviços de Hamburgo. O proprietário da auto-escola onde ela aprende a guiar, um antigo guarda civil de Hamburgo, senhor Hardner, torna-se seu amigo e, anti-nazista, produz falsos atestados de residência. Assim, no dia 21 de novembro de 1938, ela escreve em sua agenda: “Recebi 2 cortes de vestido de freguezes de Munich”. Uma semana depois, ela recebe uma pulseira de “freguezes” vindo de uma outra cidade (nome ilegível).

Estaria Margarethe Levy informada dessas trocas de presentes? Em sua fala, ela menciona dois casacos de pele que comprou para Aracy de Carvalho, a título de agradecimento, tendo pedido ao peleteiro que somente os enviasse à sua benfeitora após a partida do navio para o Brasil. Na agenda de 1938 de Aracy de Carvalho encontra-se porém, na data de 29 de outubro, a segunda menção a dona Margarethe: “Recebi do Brager meu casaco de peles dado pela Gretel L.”. As duas já são íntimas na época, levando em conta o diminutivo de Margarethe empregado. O modo codificado da notação, que se reproduz em seguida sob outras formas, já aparece aqui.

Trata-se talvez de um branco de memória de dona Margarethe que, em sua longa entrevista comigo, trocou algumas vezes a ordem dos acontecimentos, apesar da remarcável precisão de sua narrativa. Mas pode também ser ato deliberado pois ela esforçou-se em demonstrar

---

5 Em 1938, a CIP conta com mais 800 sócios (Cytrynowicz 2002: 414).

6 Alguns encontraram outros meios para deixar a Europa, passando pela Holanda ou pela Bélgica, por exemplo, segundo as redes de conhecimento e os eventuais passadores de que dispunham.

que Aracy de Carvalho nunca pediu nada às famílias assistidas pelos serviços que lhes prestava. Uma tal preocupação explica-se facilmente pelos boatos que circulam na época sobre as extorsões das quais os candidatos à imigração seriam vítimas, da parte de autoridades diplomáticas e da polícia brasileira dos portos.<sup>7</sup>

Não tendo filhos para criar, vivendo uma relação conjugal estável com seu marido, cuja situação social afastou-a completamente de qualquer embaraço financeiro e, sobretudo, do trabalho assalariado, Margarethe Levy leva uma vida muito diferente da de sua benfeitora. Separada do primeiro marido, criando sozinha seu filho pequeno e devendo controlar constantemente suas despesas –às vezes nas páginas de suas agendas–, Aracy de Carvalho está habituada aos inconvenientes da vida profissional, que se tornam, no seu caso, mais fortes no período em questão. Isso tudo aumenta a admiração profunda que dona Margarethe sente por sua amiga. Ela manifestou de fato, mais de uma vez, ao longo de seu depoimento, a forte impressão que lhe causou essa capacidade de dona Aracy em não se deixar seduzir pelo dinheiro fácil –visivelmente acessível–, o que a seus olhos seria justificável pelas dificuldades próprias à vida desta Justa, que lhe parecem importantes. De qualquer modo, se as famílias certamente desesperadas puderam oferecer-lhe presentes, isto coube antes de mais nada a Margarethe Levy, ao menos segundo as notas quotidianas tomadas por Aracy de Carvalho: além dos casacos, ela registra em sua agenda o recebimento de um “lindo santo”, no dia 3 de novembro, e de um vestido, dois dias depois.<sup>8</sup> Vale notar que estes presentes foram oferecidos antes da Noite de Cristal, indicando preparativos precoces para a partida: as duas mulheres estão em contato desde março de 1938, e acredito que Aracy de Carvalho ajuda os Levy ao menos a partir de outubro. As providências exigidas pelas autoridades brasileiras são não somente complicadas, mas longas, notadamente o depósito de uma soma estabelecida numa conta bancária no Rio de Janeiro, como medida prévia à assinatura dos vistos. Previdentes, os Levy já haviam

---

7 Um dos Hamburgueses que contatei, e que não chegou ao Brasil pelas mãos de Aracy de Carvalho, acredita que ela pedia dinheiro pelos vistos concedidos, informação que não foi confirmada por mais ninguém – e que contraria o sentido geral da narrativa de dona Margarethe.

8 Em ambos os casos, a notação é feita em código: “Mme Lev”, para o primeiro presente, e “Senhora G. L.” (Gretel Levy), para o segundo.

retirado suas economias da Alemanha;<sup>9</sup> foi necessário então prevenir o cunhado de dona Margarethe, em Tel Aviv, para que este enviasse o dinheiro em nome deles ao Brasil. É dona Aracy quem envia a carta pelo correio diplomático, a fim de evitar a censura alemã.

### 5. Durante

No dia seguinte à Noite de Cristal, 10 de novembro, Margarethe Levy está no consulado da Polônia, tentando regularizar os documentos de sua mãe, portadora de um passaporte polonês, quando ouve falar das violências que tomam o centro da cidade naquele mesmo momento. Ela telefona imediatamente para o marido a fim de ter notícias e dizer-lhe que vá diretamente para o consulado brasileiro. Naquele mesmo dia, ela leva-o para a casa de Aracy de Carvalho. Voltando para sua casa, dona Margarethe procura o dinheiro que o casal escondia no apartamento e percebe que o marido também pensara no assunto, tendo levado consigo tais reservas. Dona Margarethe tinha razão em temer por seu marido. No dia em que ela decidiu escondê-lo, enquanto esperavam a partida, os SS e a Gestapo prenderam cerca de 30.000 homens judeus e internaram-nos nos campos de Dachau, Buchenwald e Sachsenhausen. A política alemã até outubro de 1941 encorajou a emigração dos judeus, e os detidos foram liberados nos três meses que seguiram as prisões, com a condição de deixarem o país. Alguns dos judeus salvos por Aracy de Carvalho confirmaram tal contexto. Egon Katz e Hannelore Meyer tinham seus pais internados; eles foram liberados graças aos vistos para o Brasil, apresentados por suas esposas e concedidos por Aracy de Carvalho.

Para os Levy, os acontecimentos se precipitam. Por temor de possíveis indiscrições da parte do filho de dona Aracy, as amigas decidem esconder Hugo Levy em outro lugar e dona Margarethe leva-o à casa de antigos pacientes vivendo fora da cidade. Aracy de Carvalho empresta-lhe então seu carro consular, aconselhando-a a não se deslocar mais a pé, nem a usar seu próprio carro. Os Plambeck escondem seu dentista durante doze dias. Mais tarde, do Brasil, os Levy enviam pacotes de víveres e de roupas de inverno para aliviar as dificuldades

---

9 O registro dos bens dos judeus alemães data de abril de 1938; ao que tudo indica, os Levy conseguiram driblar este controle.

dessa família, que deve enfrentar os duros anos da guerra e do pós-guerra.

Como os Plambeck, outros atores tomam parte dessa história, ajudando os Levy de maneira considerável. Assim, Zumkley, um oficial SS, bate um dia na porta do consultório de Hugo Levy e apresenta-se dizendo que a mãe Levy salvara-lhe a vida quando era ainda um bebê, dando-lhe seu seio, e que chegara sua vez de salvar. Adverte-o dizendo que não poderá ficar por muito tempo na Alemanha, e que ele mesmo encarregar-se-á de preveni-lo quando o momento da partida se impuser. O casal recebe efetivamente, algumas semanas depois, um cartão assinado “Z” no qual o remetente anuncia que “chegara a hora”. Dona Margarethe afirmou, em seu depoimento, que “tudo começou aí”, sem conseguir precisar o momento exato do acontecimento, anterior à Noite de Cristal.

Essa rede de auxílio que se mobiliza e determina a extraordinária sorte dos Levy, fazendo dessa história um contra-exemplo para o contexto no qual ela se insere, inclui ainda dois atores de primeira importância do lado alemão. O primeiro é um antigo paciente do senhor Levy, o único personagem do qual dona Margarethe não conseguiu lembrar o nome. Trata-se de um ex-empresário que, tendo falido, anuncia um dia ao seu dentista que, por falta de dinheiro, não pode mais tratar seus dentes ali. A resposta recebida cria laços duradouros entre os dois: Hugo Levy afirma já ter recebido o suficiente durante vários anos para pagar o restante do tratamento. Reconvertendo-se profissionalmente, seu paciente torna-se funcionário público e, no final dos anos 1930 é, segundo dona Margarethe, um dos encarregados em fazer os inventários de bens pertencentes aos judeus que deixam a Alemanha. Apesar da repartição das tarefas dentro de sua equipe, ele consegue recuperar os Levy com seu colega responsável pelos “L” e vem avaliar os bens do casal e determinar o que terão de pagar ao Reich para levá-los embora.<sup>10</sup> Tudo será então claramente sub-avaliado; os Levy entram no navio com tudo o que possuem, inclusive o

---

10 Não podemos ter certeza de que tal inventário concerne unicamente os judeus que deixam a Alemanha, como aparece no depoimento de dona Margarethe. Um erro na ordem dos fatos pode ter colocado nessa hora, perto da partida, um inventário que teria sido feito, segundo as leis raciais, alguns meses antes, em abril. Mesmo assim, a lembrança da intervenção do antigo paciente de Hugo Levy liberou o casal dessa expropriação legal instituída pelo Regime.



consultório dentário, que será reativado logo após a chegada no Brasil, sem contar os bens mais fúteis, tendo em vista as circunstâncias, como seus dois cachorros. Logo antes da partida, Margarethe Levy compra um carro, que também despacha, com o intuito de fazer uma surpresa ao marido na chegada, conforme me disse. As jóias são colocadas num pequeno saco que Aracy de Carvalho encarrega-se de levar até a cabine do casal e de escondê-las. Além disso, dona Aracy escreve uma carta de recomendação, endereçada ao inspetor da aduana do porto de desembarque, em Santos, para evitar que os bens dos Levy sejam submetidos a uma pesada taxação na chegada. Entretanto, se a carta de recomendação escrita por Aracy de Carvalho não foi suficiente, o casal tinha condições para suprir sem problemas, ao que tudo indica, eventuais obstáculos criados por parte de funcionários ou policiais responsáveis pelo controle de sua entrada no território nacional. Quanto a isso, alguns estudos tratando da imigração judaica no período referem-se às práticas irregulares envolvendo concessões de vistos e autorizações de entrada no território para refugiados judeus que, mais que quaisquer outros estrangeiros, esperavam desesperadamente poder ingressar no país, e não se encontravam numa posição que lhes permitisse denunciar tais práticas (Koifman 2002: 143, 151-158, 291-292, 303-3055; Lesser 1995: 227-231, 236-237). Dona Margarethe parece informada sobre a existência desse tipo de ambição ilícita ou, ao menos, sobre o que se dizia a respeito já na época.

Enfim, voltando aos protetores dos Levy, um outro antigo paciente do doutor Hugo prontifica-se a ajudá-los no momento da partida. Trata-se de um amigo do proprietário da companhia de navegação à qual pertencia o Cap Ancona, navio no qual o casal fará a travessia.<sup>11</sup> Ele acompanha Margarethe Levy aos escritórios da companhia, levando-a à direção, onde trabalha seu amigo. Dona Margarethe estava convencida, pelos boatos que corriam, que os judeus não poderiam sair de suas cabines durante a viagem; ela quer então comprar duas cabines, a fim de viajar confortavelmente. Graças à intervenção de mais esse protetor e, me disse ela, de seu charme pessoal, o diretor da companhia de navegação oferece-lhe de presente duas outras cabines – os Levy tiveram quatro ao todo. Tal conforto durante a viagem não é um

---

11 Não pude descobrir o nome da companhia proprietária deste transatlântico, bastante presente nas costas brasileiras no início do século XX.

fato banal se lembrarmos das condições nas quais imigrantes pobres, não só judeus, atravessavam o Atlântico nas terceiras classes dos navios, e se pensarmos no desespero das famílias judias deixando a Europa na época e aceitando todas as condições para tal. Os Levy provavelmente não se reconheceriam na série de pontas-secas “Imigrantes” realizada por Lasar Segall em 1929 ou, ainda menos, em seu grande óleo “Navio de Imigrantes”, de 1939-1941, que conforta um imaginário social bastante difundido, passando dos navios negreiros àqueles mais modernos, a vapor, que levaram imigrantes de todas as origens ao Novo Mundo e, particularmente, os refugiados judeus que conseguiram escapar da barbárie nazista. Esse elemento diferencial pode implicar uma diferença de estado de espírito tanto no momento da partida como, sobretudo, no da chegada ao novo país, indicando talvez uma ruptura menos radical, já que o ambiente da travessia aparenta-se mais ao de uma viagem – experiência mais familiar aos Levy que a muitos dos judeus, alemães ou não, viajando com eles, no mesmo navio ou em outros.

Paralelamente, uma outra questão está em jogo: os vistos dados aos judeus desejosos de trocar a Europa pelo Brasil são vistos temporários. Chegando no Brasil, eles têm uma validade de três meses, renovável uma vez. Para além dos seis meses de cobertura, os portadores destes documentos entram na clandestinidade, o que implica várias dificuldades de ordem prática, a começar pela proibição legal de trabalhar. É verdade que existem várias acomodações possíveis, e o apoio fundamental das redes comunitárias e familiares de auxílio mútuo, que se mobilizam. E o mercado de trabalho funciona em vários ramos sem passar obrigatoriamente pela legalidade. Mas algumas profissões simplesmente não podem ser exercidas nessas condições e, de modo geral, a precariedade está à espreita de situações irregulares. Sem contar a instabilidade estatutária desses estrangeiros, constantemente sob a ameaça de expulsão. Na verdade, mais de uma vez evocadas, as medidas de expulsão não são jamais empregadas e processos de regularização são progressivamente organizados. O que não basta para retirar a tensão que envolve a vida dos clandestinos, as dificuldades financeiras de suas famílias e o medo de uma eventual expulsão, com o pano de fundo da guerra na Europa. Margarethe Levy foi muito clara quanto a isso, e voltou ao tema várias vezes durante nossos encontros: “um visto temporário não servia para nada”. Ora, a grande

maioria dos judeus que foram para o Brasil eram portadores desse documento, e viveram, na chegada, as dificuldades que ele implicava. Para os Levy, graças à amizade que ligou Margarethe e Aracy, as coisas se passaram de outro modo. Segundo dona Margarethe, no momento de submeter os vistos do casal à assinatura do Cônsul, sua amiga consegue inserir, num espaço branco do formulário, e sem que o signatário dê-se conta, a menção “deve ser transformado em visto permanente após a chegada”. Dona Margarethe afirmou ainda que a seu próprio risco Aracy de Carvalho teria coberto a inscrição suplementar enquanto submetia o documento a seu superior hierárquico. Fica difícil saber se o Cônsul em questão, Joaquim Antonio de Souza Ribeiro, desconhecia realmente os esforços de Aracy de Carvalho para dotar a amiga de um visto permanente. O que parece certo, contudo, é que a inscrição foi realmente incluída no formulário, do qual dona Margarethe recebeu uma cópia: o visto do casal foi efetivamente transformado em permanente logo após a chegada.

No dia 23 de novembro de 1938, Aracy de Carvalho escreve a um de seus amigos de São Paulo, Armando Soares Caiuby, delegado, solicitando-lhe, ao que tudo indica, que cuide dessa regularização de documentos. No dia seguinte, ela anota em sua agenda: “Gretel partiu para o Brasil”. Margarethe Levy lembra-se efetivamente de Armando Soares Caiuby, com quem esteve em contato no Brasil. Num depoimento escrito em 1980, tratando das ações de Aracy de Carvalho, ela indica explicitamente que Armando Caiuby transformara os vistos temporários do casal em permanentes – precisão que não foi capaz de dar-me oralmente vinte e cinco anos depois. Membro de uma família das elites tradicionais da cidade, Armando Caiuby ocupava uma posição profissional e dispunha de redes de relações permitindo-lhe regularizar sem demora a situação do casal Levy.

A clandestinidade que implicam os vistos temporários geralmente fornecidos, mencionada por outras pessoas que pude ouvir, não faz parte da narrativa de Margarethe Levy. É verdade que os diplomas de seu marido, portador de dois doutorados alemães, não eram válidos no Brasil. Mas isso nunca o atrapalhou. Ele se instala profissionalmente logo após a chegada e começa muito rapidamente a trabalhar por conta própria, num país onde os profissionais trazendo uma bagagem técnica, científica, universitária e especializada são ainda poucos na época, em relação à demanda, e num contexto de forte crescimento

urbano e de expansão do mercado de trabalho. Apesar das dificuldades inerentes à imigração, vividas por todos, as lembranças de dona Margarethe sobre sua chegada ao Brasil não trazem referências a um período inicial difícil, mas sim de uma integração imediata, sem rugosidades. Descontado o trabalho do tempo, que pode ter dourado tais recordações, a clandestinidade, para os Levy, ficara para trás.

## 6. Depois

Além do contato feito com Armando Caiuby, que se tornou um amigo dos Levy no Brasil, Aracy de Carvalho manda a amiga Margarethe à sua mãe, que vive em São Paulo. É assim que as duas não se perdem de vista depois da separação em Hamburgo.

Os diplomatas brasileiros permanecem em seus postos na Alemanha até a ruptura das relações diplomáticas com os países do Eixo, em janeiro de 1942. Eles são em seguida internados em campos, antes de serem trocados por diplomatas alemães trabalhando no Brasil. É o caso de Aracy de Carvalho e de seu companheiro João Guimarães Rosa, que passam três meses no campo de Baden-Baden. De volta ao Brasil, e antes da designação do próximo posto diplomático de Rosa, o casal instala-se no Rio de Janeiro. Mas vindo a São Paulo para ver a mãe, Aracy de Carvalho encontra também a amiga hamburguesa, que permanece ligada aos Carvalhos Tess até os dias de hoje. O filho de Aracy de Carvalho, Eduardo de Carvalho Tess, sua mulher, seus filhos e netos tornaram-se para ela uma espécie de família de adoção, e ainda mais após a morte de Hugo Levy, em 1977. Foi aliás graças a Eduardo Tess que eu pude encontrá-la: ele filtra esse tipo de solicitação e recebeu-me antes de telefonar-lhe e de me conduzir à sua casa.

E foi graças a uma iniciativa de Margarethe Levy, tomada em 1980, enviando a Israel seu depoimento de salvada, que Aracy de Carvalho recebeu, cinco anos mais tarde, o título de Justa entre as nações.

## 7. Gênero

O depoimento de Margarethe Levy, associado a outras fontes consultadas –que são por ele iluminadas–, trouxe-me material para uma reflexão sobre a construção do gênero, enlaçada aos itinerários cruzados das duas protagonistas desta história. Isso porque, em primeiro lugar,

dona Margarethe constrói uma imagem de sua amiga Aracy, e de si mesma, em que o gênero é parte integrante e, a meu ver, de destaque.

Margarethe Levy tem uma grande preocupação em positivar ao máximo o retrato de Aracy de Carvalho. Termos como “fantástica”, “extraordinária” e “fora do comum” aparecem diversas vezes em sua fala. Além disso, no momento em que cheguei ao Brasil para essa pesquisa, e solicitei encontrá-la, dona Margarethe estava muito contrariada com a visita recente de duas jornalistas alemãs em busca de material para um documentário sobre a presença de João Guimarães Rosa na Alemanha nazista e, notadamente, sobre eventuais declarações públicas de oposição ao Reich que este teria feito enquanto ocupava seu posto diplomático em Hamburgo. O fato de terem colocado Rosa no centro das investigações, sem se interessarem pelas atividades de dona Aracy irritou muito dona Margarethe que, para me receber, quis assegurar-se que eu não estava ligada às duas moças, que ao dizer que vinha da França não estaria disfarçando minha ligação com a Alemanha e com o documentário em questão. Por sorte, meu interesse era justamente colocar no centro da cena as duas amigas, e recuperar as atividades clandestinas de Aracy de Carvalho em benefício dos judeus que salvou. A anedota serve para demonstrar o esforço de dona Margarethe em construir e preservar a memória de dona Aracy, esforço que está na base do envio de seu depoimento a Yad Vashem em 1980.

Três características da amiga e benfeitora destacam-se em sua fala:

1. A beleza física. Dona Margarethe referiu-se mais de uma vez às formas perfeitas do corpo da amiga, à beleza do seu rosto, ao fato de exercer uma sedução involuntária que atraía “fãs” logo que aparecia em público. Trata-se de um elemento forte do perfil que desenhou para a amiga, e de um atributo inseparável do ser mulher.



Aracy de Carvalho, 1939

2. A retidão. Traço fundamental da imagem construída, pois diretamente ligado à questão da corrupção do pessoal diplomático em relação às demandas desesperadas de vistos da parte dos judeus europeus. Já mencionei a insistência de dona Margarethe em sublinhar que dona Aracy jamais aceitou nada em troca dos vistos. Porém, indiquei também que ela mesma, e outros, ofereceram presentes à amiga e protetora, a título de agradecimento. O que nos interessa aqui, é que os presentes dos quais temos notícias não são objetos neutros, mas diretamente ligados à feminilidade (casacos de pele, vestido, cortes de vestido, pulseira).
3. A coragem. Dona Margarethe insiste em demonstrar a excepcionalidade da amiga que, destemida, arriscou-se a si mesma e à própria carreira para salvar os judeus e, em particular, ela própria e o marido. Mas essa coragem se exprime também, segundo dona Margarethe, pelo fato de que a amiga era uma mulher desquitada, que foi para a Alemanha com um filho pequeno, e que trabalhava, tendo inclusive horários fixos a respeitar. Trata-se, no conjunto, de obrigações que dona Margarethe nunca conheceu – a separação conjugal e suas conseqüências para uma mulher, a responsabilidade com filhos, a vida profissional e a condição de assalariada. De tudo isso emerge uma imagem feminina, em absoluto neutra, de alguém cuja coragem aparece indissociada da retidão mencionada acima, o que torna seu caráter ainda mais raro e excepcional, digno de nota.

Dessa coragem, Aracy de Carvalho tinha plena consciência, pois afirmou, em uma das poucas entrevistas que deu, já idosa, referindo-se a ter enfrentado os nazistas e as regras impostas pelo governo brasileiro, que “Mesmo hoje, aos 80 anos, se fatos dessa natureza se repetissem, eu faria o mesmo. Nunca tive medo de nada nem de ninguém”.<sup>12</sup>

A partir do tema fundamental do medo, evocado aqui, e que retomarei adiante, apresento a seguir o retrato que Margarethe Levy deu de si mesma em seu depoimento:

1. Convencionalismo e liberalismo. Dona Margarethe apresenta-se como uma mulher do mundo; as viagens que fez, desde pequena,

---

12 *Resenha Judaica*, Rio de Janeiro, primeira quinzena de junho de 1988.

seu gosto e seu hábito de viajar compõem talvez o tema mais frequente de sua narrativa.

2. Ateísmo. Como o marido, dona Margarethe nunca seguiu a religião judaica, o que coloca-a em oposição direta a dona Aracy, extremamente católica. Em seu depoimento, afirmou que “infelizmente” não é religiosa, que isto é um “apoio” que lhe “falta muito”. Um dos presentes que deu à amiga, como mencionei acima, era uma imagem de santo, “lindo”, segundo Aracy. Trata-se aqui de um outro modo de expressão do desenraizamento geral de dona Margarethe. Em sua narrativa, ela explica a adaptação fácil ao Brasil pelo fato de nunca ter tido realmente pátria, estando habituada a viver em todas as partes, sem qualquer enraizamento nacional. O exercício do judaísmo dar-lhe-ia, pela identidade religiosa, uma pertença étnica que também não tem, nem reivindica. Nem ela, nem o marido conviveram com os judeus de Hamburgo, ou com os de São Paulo – nem mesmo com o grupo originário de Hamburgo, segundo me disse.
3. Falta de obrigações familiares. Dona Margarethe não teve filhos porque não quis, afirmou ter feito vários abortos, o que não era fácil na Alemanha da época. Afirmou ainda que tal decisão não estava ligada à diferença de idade entre ela e o marido, 16 anos mais velho, mas sim à vida que ambos levavam, “fora do comum”, tendo voltado então a falar da falta de enraizamento fixo, que sempre recusou, e das viagens constantes, feitas em companhia do marido ou sozinha, enquanto este trabalhava. Essa independência, se pensarmos na situação de Aracy de Carvalho, tem seus limites: mais sujeita às obrigações quotidianas, profissionais e familiares, mas não conjugais, esta última é uma mulher separada, enquanto que dona Margarethe tem uma vida conjugal estável, tendo insistido, quanto à questão das viagens, que o marido não se opunha a que ela viajasse sozinha, permitindo que fosse. Daí a mescla que mencionei acima, de convencionalismo e liberalismo.
4. Beleza. Trata-se então, para dona Margarethe e dona Aracy, de duas histórias de vida muito diferentes e de dois modos também diferentes de construção da feminilidade, que aparecem com atributos diversos. Entretanto, um traço comum as reúne, ao menos na fala de Margarethe Levy. Tendo falado com ênfase da beleza física de sua amiga, ele refere-se com modéstia à sua própria: “Eu



fiquei uma mocinha atraente, para não dizer bonita, atraente, um pequeno nariz assim." Em outro momento, diz ainda que quando jovem era "muito vistosa", contando que os cabelos eram tingidos de loiro e que esses dois elementos juntos, a beleza, cujo detalhe do nariz pequeno evocado não é gratuito, e a cor dos cabelos, trouxeram-lhe grandes vantagens e confirmam sua idéia, expressa mais de uma vez, de que os trunfos físicos são algo muito útil na vida de alguém. No seu caso, para além de pequenas vantagens, cuja obtenção parece imputar à beleza, esta serviu-lhe num ponto fundamental: graças a seu aspecto físico, a seu rosto, segundo afirmou, "ninguém acreditava que era judia" (eis a força do detalhe do nariz, único elemento concreto mencionado para descrever sua beleza, além da cor, loira, dos cabelos). Dona Margarethe repetiu essa idéia muitas vezes, mostrando-se plenamente convencida do fato. Essa crença fornece uma base fundamental para que ela afirme também, em diversos momentos de seu depoimento, espontaneamente ou interrogada por mim, que jamais teve medo.

Volto então ao tema do medo, antes de concluir. Os Levy, segundo dona Margarethe, não pensavam que pudessem ser perseguidos em Hamburgo, que ela define como um porto internacional, que teria ficado, ainda segundo ela, social-democrata até mais tarde. Outra pessoa chegou a me dizer que efetivamente "Hamburgo era diferente". A informação não procede. Se Hamburgo fora antes uma cidade cosmopolita e avançada, como afirma dona Margarethe, a chegada de Hitler muda a situação. Em 8 de março de 1933 é eleito um novo Senado (órgão de direção das três cidades-estado do país, Bremen, Berlim e Hamburgo), já dominado pelo Partido Nazista. O anti-semitismo avança a passos largos, como no resto do país: o primeiro boicote aos judeus ocorre no dia 1º de abril daquele ano, menos de um mês após a eleição do novo Senado. Mas voltemos ao depoimento de dona Margarethe que, pessoalmente, não se sentia ameaçada, sobretudo graças a seu físico, mas também porque, inexplicavelmente, seu passaporte não exibia o "J" imposto aos judeus.



Margareth Lévy, 1939

Existem diferentes níveis para o medo, ou diferentes traduções deste sentimento. A afirmação de Margarethe Levy de nunca ter tido medo é algo totalmente diverso da coragem que descreve como sendo um dos elementos marcantes da personalidade de sua amiga Aracy. Pois apesar de tudo, e dos traços físicos protetores em particular, Margarethe procura deixar a Alemanha com o marido, mesmo se eles não estão dentre os primeiros a partir. E ela também esforça-se em tirar de lá sua mãe que, gozando de uma situação financeira muito favorável, resiste a tal idéia. Do Brasil, dona Margarethe tenta trazê-la, desta vez de Bruxelas, para onde acabou partindo. Com o visto de entrada nas mãos, numa época em que isto não é absolutamente fácil de ser obtido das autoridades brasileiras, ela vê a mãe recusar-se a deixar a Europa sem antes despedir-se dos irmãos, que vivem... em Varsóvia. Em plena guerra, a senhora Bertel faz esta última viagem, sem retorno; é em Varsóvia, numa Polônia já ocupada, que ela será pega. Foi com emoção que Margarethe Levy descreveu-me como ela não pôde fazer por sua mãe o que sua amiga fizera por ela, e que contou-me esse último deslocamento infeliz, que foi obrigada a seguir de tão longe. O medo irrompeu finalmente. Sem porém apagar a coragem.

### **Bibliografia**

- Cytrynowicz, Ronei (2002): “Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial”. Em: *Revista Brasileira de História*, ANPUH/Humanitas, 22, 44, pp. 393-423.
- Koifman, Fabio (2002): *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Lesser, Jeffrey (1995): *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia, e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago (*Welcoming the undesirables: Brazil and the Jewish question*, University of California Press, 1994).